

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES JANE VANINI
FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLÓGICAS - FACAB
CURSO DE AGRONOMIA**

ISABELA CARINA DE SOUZA SANTANA

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DA PRODUÇÃO
DOS AGRICULTORES FAMILIARES DOS
ASSENTAMENTOS SANTA ROSA E FIGUEIRINHA EM SÃO
JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, VINCULADOS AO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**CÁCERES – MT
2015**

ISABELA CARINA DE SOUZA SANTANA

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DA PRODUÇÃO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DOS ASSENTAMENTOS SANTA ROSA E
FIGUEIRINHA EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, VINCULADOS AO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de Engenheira Agrônoma a Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus de Cáceres.

Orientadora

Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves

Coorientador

Eng. Agr. Ademir Patrik de Moura

**CÁCERES – MT
2015**

ISABELA CARINA DE SOUZA SANTANA

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DA PRODUÇÃO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DOS ASSENTAMENTOS SANTA ROSA E
FIGUEIRINHA EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, VINCULADOS AO
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Esta monografia foi julgada e aprovada como requisito para obtenção do Diploma de Engenharia Agrônoma no Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

Cáceres-MT, 10 de Dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Maurício Ferreira Mendes – (UNEMAT)

Profa. Dra. Daniela Soares Alves Caldeiras – (UNEMAT)

Profa. Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves – (UNEMAT)
Orientadora

Agradeço em primeiro lugar à Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada. À todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a conclusão desse trabalho e ajudaram nessa trajetória para a realização de um sonho. A minha família que sempre esteve ao meu lado, nos momentos alegres e difíceis, sempre me aconselharam e ampararam as minhas decisões, em especial a minha mãe que sempre será o maior exemplo de Vida, e ao meu pai que nunca desamparou para que eu concluísse esse sonho.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À Deus por tudo que fez em minha vida e na vida da minha família e por ter me dado forças e sua proteção divina para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais Isaura Evangelista de Souza Santana e José de Arimatéia Santana, que em momento algum mediram esforços para que eu pudesse concluir mais esta etapa da minha vida e sempre pude contar com eles o tempo todo e em todos os sentidos.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), principalmente ao Laboratório de Geotecnologias Unemat e todos os colegas em especial a Joliene, Leandro, Marcela, Maurício, Miriam e Tamires, pelo companheirismo e amizade, onde consegui ampliar meus conhecimentos e tive suporte para concluir o curso.

A minha Orientadora Profa. Dra. Sandra Mara Alves Neves, por todos os conhecimentos transmitidos, por me instruir muito bem e pelo suporte ao longo deste trabalho e ao meu Coorientador Eng. Agr. Ademir Patrik de Moura pelo carinho, compreensão, paciência e grande ajuda.

Aos meus irmãos José Aparecido de Souza Santana e Eduardo Henrique de Souza Arruda por sempre acreditar em mim e pelos momentos felizes e me incentivando a nunca desistir e me ajudando sempre que precisei.

A minha linda e maravilhosa sobrinha Áquila Priscila da Silva Santana por ter me proporcionado momentos de tanta alegria e diversão.

A minha cunhada Eliana da Silva Santana pelas palavras de motivação.

Ao Valdecir de Souza Almeida pelo carinho e ajuda durante todos momentos difíceis nestes anos de faculdade.

Aos meus amigos e companheiros de curso Adrisson Campos, Jessica Roberta, Lívia Domingos, Madalena Nascimento e Valquíria Ortega. Aos meus vizinhos de vila Jéssica, Marcela, Patrícia, Paulo e Thaysa por ter ouvido meus desabafos e ter amparados minhas lágrimas em momentos difíceis.

Deus é Fiel!!

O conhecimento é como um jardim: se não for cultivado, não pode ser colhido!

Provérbio Africano

RESUMO

A agricultura familiar se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. Apesar de sua importância as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no Brasil são múltiplas, contudo os que mais se destacam são: baixa capitalização, o acesso a linhas de crédito, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos. Nesse sentido é necessário o desenvolvimento de formatos tecnológicos capazes de viabilizar uma base de produção econômica que não prejudique as condições sociais e ambientais em que vivem e produzem as famílias de agricultores familiares. Neste estudo propôs-se a investigação dos agricultores familiares dos assentamentos rurais Santa Rosa e Figueirinha em São José dos Quatro Marcos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, os assentamentos foram criados no ano de 2006, através do Programa Nacional Crédito Fundiário, sendo o Figueirinha composto por 47 famílias e o Santa Rosa por 28 famílias assentadas, o tamanho das propriedades (lotes) nos dois assentamentos é de 4,87 hectares. A população de São José dos Quatro Marcos é de 18.998 habitantes, sendo que 14.507 vivem na zona urbana e 4.491 na zona rural. O estudo teve com o objetivo de caracterizar os aspectos socioeconômicos e da produção comercial institucional. Realizou-se entrevistas estruturada com todos os agricultores familiares dos dois assentamentos que acessaram o PNAE no ano de 2014. Os dados foram coletados entre os meses de janeiro a julho de 2015, inicialmente foi apresentada a proposta da pesquisa e solicitado ao entrevistado à adesão ao termo de consentimento livre e esclarecido, para execução da entrevista estruturada, cujo instrumento utilizado foi o formulário, contendo perguntas abertas e fechadas, em seguida os dados foram tabulados e quantificados através da frequência absoluta e relativa e analisados a luz de referenciais bibliográficos. A pesquisa mostrou que dentre os dois assentamentos investigados o maior acesso a política foi por parte dos agricultores familiares do Santa Rosa; a política acessada proporcionou aos agricultores familiares melhorias de condições de vida, gerando ampliação da produção nas propriedades investigadas, diversificação da produção de alimentos e o aumento de renda, concluiu-se também que as associações contribuem no desenvolvimento econômico dos agricultores familiares através de meios para aprimorar a produção, a comercialização dos produtos e a aquisição financiamentos junto às instituições financeiras e os programas governamentais. Face aos resultados apresentados concluiu-se que o PNAE contribui para permanência dos assentados do Santa Rosa e Figueirinha na terra, refletindo na obtenção/ampliação da renda e melhorias das condições de vida.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Merenda Escolar

SUMÁRIO

ARTIGO

RESUMO	9
ABSTRACT	10
1 INTRODUÇÃO.....	10
2 MATERIAIS E MÉTODOS.....	13
2.1 Área de estudo	13
2.2 Procedimentos metodológicos	14
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
6 APÊNDICE A	28

**CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E DA PRODUÇÃO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DOS ASSENTAMENTOS SANTA
ROSA E FIGUEIRINHA EM SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS,
VINCULADOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR**

**CHARACTERIZATION SOCIOECONOMIC AND PRODUCTION OF
FAMILY FARMERS OF SETTLEMENTS SANTA ROSA AND
FIGUEIRINHA SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS, LINKED TO THE
NATIONAL SCHOOL FEEDING PROGRAMME**

Isabela Carina de Souza Santana¹
Sandra Mara Alves da Silva Neves²
Ademir Patrik de Moura³

Preparado de acordo com as normas da Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento
Regional – Versão preliminar

RESUMO:

A agricultura familiar se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. Neste estudo propôs-se a investigação dos agricultores familiares dos assentamentos rurais Santa Rosa e Figueirinha em São José dos Quatro Marcos beneficiários do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, com o objetivo de caracterizar os aspectos socioeconômicos e da produção comercial institucional. Realizou-se entrevistas estruturada com todos os agricultores familiares dos dois assentamentos que acessaram o PNAE no ano de 2014. Os dados foram coletados entre os meses de janeiro a julho de 2015, tabulados e quantificados através da frequência absoluta e relativa e analisados a luz de referenciais bibliográficos. A pesquisa mostrou que dentre os dois assentamentos investigados o maior acesso a política foi por parte dos agricultores familiares do Santa Rosa; a política acessada proporcionou aos agricultores familiares melhorias de condições de vida, gerando ampliação da produção nas propriedades investigadas, diversificação da produção de alimentos e o aumento de renda. Face aos resultados apresentados concluiu-se que o PNAE contribui para permanência dos assentados do Santa Rosa e Figueirinha na terra, refletindo na obtenção/ampliação da renda e melhorias das condições de vida.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Agricultura Familiar. Alimentação Escolar

¹ Docente em Bacharelado em Agronomia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. isabelasantanaagro@hotmail.com

² Doutora em Geografia. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Professora adjunta do Curso de Geografia e dos mestrados em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola e Geografia. ssneves@unemat.br

³ Mestrando em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola. Universidade do Estado de Mato Grosso – hortafamiliarmoura@hotmail.com

ABSTRACT:

Family farming is presented as an alternative model of a less exclusive and more environmentally balanced development. This study aimed to investigate the farmers of rural settlements Santa Rosa and Figueirinha in Sao Jose dos Quarto Marcos beneficiaries of the National Program for School-PNAE Power in order to characterize the socioeconomic and institutional commercial production. The structured interviews conducted with all the family farmers of the two settlements that accessed the PNAE in the year 2014. Data were collected between January and July 2015, tabulated and quantified by absolute and relative frequency analyzed and bibliographic references of light. Research has shown that, between the two investigated settlements greater access to policy was the farmers of Santa Rosa; accessed the policy provided to farmers living conditions improved, resulting expansion of production in the investigated properties, diversification of food production and increase income. Given the results presented, it was concluded that the PNAE contributes to the permanence of the settlers of Santa Rosa and Figueirinha on earth, reflecting the acquisition / expansion of income and improvement of living conditions.

Keywords: Public Policy. Family Agriculture. School feeding

Introdução

A prática do cultivo da terra denominada agricultura é uma atividade intrínseca a espécie humana desde os primórdios, passou-se da observação a manutenção de espécies nativas, com a finalidade da alimentação.

No fim do paleolítico – idade da pedra lascada – há 12.000 anos, após centenas de milhares de anos de evolução biológica e cultural, as sociedades humanas haviam chegado a fabricar utensílios cada vez mais variados, aperfeiçoados e especializados, graças aos quais tinham desenvolvido modos de predação (caça, pesca e coleta) diferenciados, adaptados aos meios mais diversos. Essa especialização foi acentuada no neolítico – idade da pedra polida – e foi ao longo desse último período da Pré-história, menos de 10.000 anos depois, que várias dessas sociedades, entre as mais avançadas do momento, iniciaram a transição da predação à agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.57).

Historicamente algumas terminologias são utilizadas para se referir ao mesmo sujeito: camponês, pequeno produtor, lavrador, agricultor de subsistência e agricultor familiar. No que se refere à agricultura familiar, o aspecto mais interessante é que a produção de conhecimentos e saberes locais estão inseridos na forma de produzir e de se relacionar com a natureza

considerando os efeitos sociais e ambientais das tecnologias e o compromisso da produção do conhecimento com a sustentabilidade (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

A agricultura familiar se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. No debate sobre o desenvolvimento local, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002).

Essa importância da agricultura familiar, ao longo da história, não correspondeu a uma necessária legitimidade social para que fossem atendidas suas especificidades nas políticas agrícolas então implantadas. Pode-se afirmar que a identidade social da agricultura familiar no Brasil tem sido construída com a combatividade dos movimentos sociais de pequenos produtores, posseiros e trabalhadores rurais sem-terra, que lutam pelo acesso à sua condição de cidadãos e agricultores familiares (ROMÃO et al., 2005, p. 22).

A preocupação da sociedade com as questões sociais e com os problemas ambientais na atualidade é evidente. Nesse sentido, é que necessário o desenvolvimento de formatos tecnológicos capazes de viabilizar uma base de produção econômica que não prejudique as condições sociais e ambientais em que vivem e produzem as famílias de agricultores familiares (OLIVEIRA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2011).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a agricultura familiar além de ocupar quase 75% da mão de obra no campo, é responsável por produzir 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% de milho, 38% de café, 34% de arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo (IBGE, 2009). Constituindo uma economia de base sólida:

Apesar de sua importância as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares no Brasil são múltiplas, contudo os que mais se destacam são: baixa capitalização, o acesso a linhas de crédito, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos. Características como: multisetorialidade rural; diversidade produtiva e a de mão-de-obra utilizada na produção escassa, são comuns a um grande universo de pequenos agricultores familiares (JUNQUEIRA; LIMA, 2008, p. 160).

Decorrente das dificuldades encontradas, nas últimas quatro décadas, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), formando a primeira política públicas diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros, constituindo

uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas (DERNADI, 2001).

Todavia as políticas públicas de compras institucionais, iniciada em 2003 com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e ampliada em 2009, com a instituição da Lei n. 11.947, que dispõe sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), promoveram o aumento da produção e maior aquisição de renda aos agricultores familiares (BAVARESCO; MAURO, 2014).

O contexto histórico do PNAE é que o programa foi iniciado em 1979, mas somente em 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, logo depois na primeira metade da década de 1990, foi então formulado os primeiros cardápios. Iniciando-se em 1993, o processo de descentralização dos recursos financeiros destinados ao PNAE para os estados e municípios com o intuito de otimizar o desempenho; introduzir mudanças na sistemática de compras, implantar a produção alternativa de alimentos e utilizar produtos básicos e *in natura* e semi-elaborados da localidade, o que permitiu melhorar a aceitabilidade das refeições e diversificar os cardápios (ABREU, 1995).

Mesmo diante das mudanças ainda era encontrado problemas da logística de distribuição e a oferta de uma alimentação mais saudável e economicamente viável, acarretando em uma promulgação da Lei n. 8.913 (BRASIL, 1994), que descentralizou o PNAE. A Lei possibilitou a transferência direta dos recursos federais aos estados e municípios para executar seus programas locais, com foco na formação de hábitos alimentares mais saudáveis, em respeito às tradições alimentares e dinamização da economia e vocação agrícola de cada região e nesse contexto que a alimentação escolar passou a ser uma importante política pública, presente hoje nos 5.5654 municípios, 26 estados e no Distrito Federal, revelando-se importante estratégia de desenvolvimento sustentável, em diferentes esferas, seja local, regional, nacional e internacional (RIBEIRO, 2013).

No contexto mundial são poucos os programas de alimentação escolar, pois normalmente, as refeições servidas nas escolas não partem de uma política pública, mas sim de uma relação privada entre a escola (ou a cantina da escola) e o estudante. Em apenas três países, o Brasil, Panamá e Chile, as refeições são garantidas para todo ano letivo e em caráter nacional (BELIK; CHAIM; WEIS, 2011; SILIPRANDI, 2012).

O PNAE vem contribuindo nas melhorias da qualidade alimentar dos alunos à medida que amplia, especialmente, a oferta de frutas, verduras e hortaliças, que são ricas em vitaminas, sais minerais e fibras. A mudança nos hábitos alimentares contribui, a médio e

longo prazo, para a redução dos índices de obesidade infantil, que são bastante elevados no País (BAVARESCO; MAURO, 2014).

Neste estudo propôs-se a investigação dos agricultores familiares dos assentamentos rurais Santa Rosa e Figueirinha em São José dos Quatro Marcos beneficiários do PNAE no de 2014, com o objetivo de caracterizar os aspectos socioeconômicos e da produção comercial institucional.

Materiais e Métodos

Área de estudo

Os assentamentos Figueirinha e Santa Rosa constituem as áreas de estudo desta pesquisa, sendo que ambos estão situados no município de São José dos Quatro Marcos (Figura 1), na região sudoeste mato-grossense de planejamento.

Estes foram criados no ano de 2006, através do Programa Nacional Crédito Fundiário, sendo o Figueirinha composto por 47 famílias e o Santa Rosa por 28 famílias assentadas, o tamanho das propriedades (lotes) nos dois assentamentos é de 4,87 hectares.

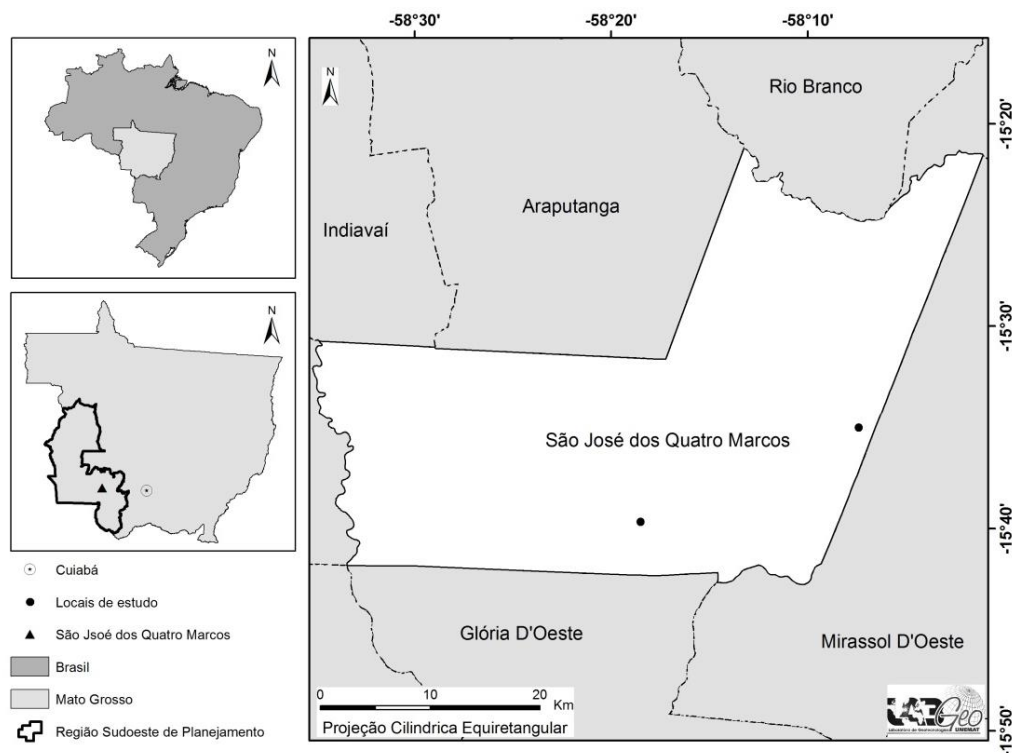


Figura 1. Áreas de estudo nos contextos brasileiro, mato-grossense, regional e municipal. Elaboração: A autora (2015).

A população de São José dos Quatro Marcos é de 18.998 habitantes, sendo que 14.507 vivem na zona urbana e 4.491 na zona rural. (IBGE, 2009), O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 foi aferido em 0,719 (PNUD, 2013).

A base da economia municipal é a pecuária, entretanto a agricultura familiar vem se destacando nos últimos anos, através do acesso as políticas públicas, como será apresentado neste estudo.

Procedimentos metodológicos

Para melhor compreensão dos procedimentos metodológicos optou-se pela sua estruturação em etapas:

Etapa 1- Fundamentação teórica: utilizou-se as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Etapa 2- Coleta de dados: foram investigados todos os agricultores familiares, de ambos os assentamentos, que acessaram o PNAE em 2014, totalizando treze agricultores familiares. Destes onze são do assentamento Santa Rosa e dois do Figueirinha. Os dados foram coletados entre os meses de janeiro a julho de 2015. Inicialmente foi apresentada a proposta da pesquisa e solicitado ao entrevistado à adesão ao termo de consentimento livre e esclarecido, para execução da entrevista estruturada, cujo instrumento utilizado foi o formulário, contendo perguntas abertas e fechadas.

Etapa 3- Elaboração de representações cartográficas: os dados foram coletados em campo por meio do GPS foram exportados através do *software* Trackmaker e MapSource para geração dos mapas temáticos das unidades produtivas, constituindo o Banco de Dado geográficos (BDG) no Sistema de Informação Geográfica ArcGis, versão 9.2 (ESRI, 2007).

Etapa 4- Sistematização dos dados: foi realizada na planilha Excel do *Office da* Microsoft, após foi efetuada a estatística descritiva, obtendo-se assim a frequência absoluta (número total de citações) e relativa (porcentagem dessas citações), conforme proposto por Novaes e Coutinho (2010).

As análises foram realizadas a luz dos referenciais bibliográficos.

Resultados e Discussão

Nos assentamentos Santa Rosa e Figueirinha 53,85% dos agricultores familiares começaram suas atividades agrícolas em 2006, ou seja, no ano de fundação; 23,08% em 2007 e

23,08% em 2008, tendo suas ações favorecidas pelo estabelecimento da Lei n.º 11.326/2006 referente à agricultura familiar (BRASIL, 2006).

A agricultura familiar começou a ganhar forma teórica na década de 1990, onde as manifestações sociais e políticas ganharam forças fazendo com que houvesse recuperação das forças políticas dos trabalhadores rurais e de movimentos sindicais. Apenas no ano 1996 foi então feito a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e só então em 2006 no estabelecimento da Lei da Agricultura Familiar (MANZANAL; SCHNEIDER, 2011, p. 2).

Constatou-se que 30,77% dos agricultores familiares é natural do estado de São Paulo, seguido por Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul (Tabela 1). Sendo que 86% já residiam no município de São Jose dos Quatro Marcos.

Tabela 1. Origem dos agricultores familiares entrevistados nos assentamentos Santa Rosa e Figueirinha.

Local de Origem	FA	FR (%)
Paraná	3	23,08
São Paulo	4	30,77
Mato Grosso do Sul	1	7,70
Minas Gerais	2	15,39
Mato Grosso	3	23,08
TOTAL	13	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Dos entrevistados 69,22% declararam ser chefe das famílias, 46,14% de origem italiana, 53,85% evangélicos e 8,7% não possuem casa própria. Predomina o estado civil casado, com 84,62%, em relação aos divorciados, 7,70% e viúvos 7,70%, sendo que a maioria 53,87%, desenvolviam atividades profissionais relacionadas a zona rural antes da chegada ao lote(Tabela 2).

Tabela 2. Ocupação dos entrevistados antes da chegada ao lote em 2006.

Profissão anterior	FA	FR (%)
Agricultor	3	23,08
Doméstica	1	7,70
Diarista	4	30,77
Autônomo	1	7,70
Arrendatário	1	7,70
Proprietário Rural	2	15,39
Meeiro	1	7,70
TOTAL	13	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Através do Programa Nacional Crédito Fundiário - PNCF foi possível a obtenção de recursos financeiros para que agricultores familiares, através de financiamento, pudessem

melhorar a infraestruturas das propriedades agrícolas, melhorando as condições de trabalho com a terra.

Dos entrevistados 92,31% declararam que a profissão atual é agricultor familiar e 7,70% não, ou seja, um entrevistado declarou ser vendedor. A auto intitulação dos entrevistados como agricultores familiares correspondem ao preconizado na literatura, como pode ser observado:

O termo como agricultor familiar e empreendedor familiar pode ser definido quando os indivíduos praticam atividades no meio rural; não detenham mais que quatro módulos fiscais, ou seja, pequeno proprietário; utilizem mão de obra da própria família e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (SARAIVA et al., 2013, p. 30).

No desenvolvimento das atividades produtivas na propriedade, a mão de obra empregada em ambos os assentamentos é essencialmente familiar, preceitos estes ratificados por Neves (1997), Gomes (2004) e Sabourin (2007). Observou-se que em todas as propriedades investigadas os filhos colaboram nas atividades produtivas junto a seus pais para lida na terra. Conforme Tomasseto et al. (2009, p. 25):

A agricultura familiar para melhor entendimento é definida como uma forma de diversificação da produção, a qual vem se desenvolvendo em todos os pontos do mundo e tem como característica a predominância de mão-de-obra e gerenciamento por membros da família.

Denardi (2001, p. 57) acrescenta ainda que:

O estabelecimento familiar é simultaneamente uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Esses empreendimentos familiares têm duas características principais: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar.

Aproximadamente 61% dos agricultores familiares informaram possuir uma renda média de 2 salários mínimos (Tabela 3).

Tabela 3. Renda dos agricultores familiares dos assentamentos investigados.

Renda Familiar (R\$)	FA	FR (%)
< 700,00	3	23,08
700,000 a 1.300,00	4	30,77
1.301,000 a 1.500,00	4	30,77
> 1.500,00	2	15,39
TOTAL	13	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

O agricultor familiar era considerado inábil devido a sua renda estar por vezes inadequada dificultando a tomada de decisões comprometidas no desenvolvimento de seu meio de sobrevivência (CASTELÕES, 2005). Cabendo assim à agricultura, principalmente a familiar, a desconcentração de renda, geração de divisas, a criação de ocupações produtivas, o aumento da produtividade e da qualidade e a diversificação e verticalização da produção. Contribuindo para uma forma de produção onde haja no campo um desenvolvimento, não somente um crescimento e sim geração de renda (BRAVO; ROSSI, 2002)

A renda dos agricultores familiares é de suma importância para o desenvolvimento local, sendo as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002).

A região sudoeste engloba vinte e dois municípios, sendo que no ano de 2014 São José dos Quatro Marcos ocupou a terceira posição na aquisição de produtos da agricultura familiar para uso no PNAE.

Os municípios da região vêm atuando no Programa de forma diferenciada e eficiente (Tabela 4), conforme pode ser observado pelos valores investidos no ano de 2014 na aquisição de alimentos pelos agricultores familiares, evidenciando a intenção de atender em qualidade e quantidade a demanda das instituições.

Tabela 4 - Valores investidos na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para o PNAE no ano de 2014, nos municípios da região do sudoeste mato-grossense

Municípios	Valor Transferido (R\$)	Valor (R\$)	%
Araputanga	121.578,00	-	-
Cáceres	829.598,00	165.957,49	20
Campos de Júlio	138.770,00	-	-
Comodoro	273.228,00	16.032,62	5,87
Conquista D' Oeste	47.322,00	32.710,15	69,12
Curvelândia	49.968,00	-	-
Figueirópolis D'Oeste	10.240,00	5.219,71	50,97
Glória D'Oeste	34.464,00	11.682,00	33,90
Indiavaí	33.030,00	-	-
Jauru	91.944,00	24.792,72	26,97
Lambari D'Oeste	51.450,00	9.337,20	18,15
Mirassol D'Oeste	189.102,00	6.844,05	3,62
Nova Lacerda	103.878,00	21.846,91	21,03
Pontes e Lacerda	248.800,00	-	-
Porto Esperidião	77.052,00	-	-
Reserva do Cabaçal	29.124,00	2.871,20	9,860
Rio Branco	50.850,00	9.665,10	19,01
Salto do Céu	38.144,00	13.702,55	35,92
São José dos Quatro Marcos	150.352,00	70.100,51	42,62
Sapezal	314.532,00	90.185,80	28,67
Vale do São Domingos	40.176,00	12.636,72	31,45
Vila Bela da Santíssima Trindade	405.056,00	79.332,70	19,59

Fonte dos dados: FNDE (2015).

Na tabela 4 são apresentados os repasses efetivados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE para os municípios da região sudoeste no de 2014.

O município de São José dos Quatro Marcos em 2014 comprou 12,62% (Tabela 4) a mais produtos da agricultura familiar do que o previsto na lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), dispõe que seja adquirido no mínimo 30% dos recursos que são destinados para alimentação escolar, sejam comprados de agricultores familiares, tais como: comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas e assentamentos da reforma agrária

Triches e Schneider (2010) descreveram que após a Lei nº 11.947/2009 (BRASIL, 2009), que o PNAE passou a apresentar potencial para tornar-se uma política de caráter estruturante, ao abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e benefícios aos agricultores familiares e comerciantes.

Dos agricultores familiares entrevistados 61,50% expuseram ter dificuldade para fornecimento de produtos, devido a incidência de pragas e doenças e a ausência de assistência técnica. Mesmo diante das dificuldades relatadas 92,30% dos agricultores familiares disseram ter obtido aumento na renda mensal, conforme se pode observar na (Tabela 5), demonstrando a dependência dos entrevistados desta política pública.

Essas ações governamentais têm sido uma fonte crucial de renda para os agricultores familiares configurando como uma dupla garantia. Pois, de um lado, há publicação de chamadas públicas para que estes participem dos processos de seleção e a compra por parte das prefeituras; e de outro, a garantida de qualidade e quantidades programadas, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Tabela 5. Participação do PNAE na composição da renda dos agricultores familiares entrevistados.

Agricultores	Renda Mensal (R\$)	Renda PNAE (R\$)	Renda Total (R\$)
1	1.182,00	6.687,73	7.869,73
2	1.576,00	7.709,3	9.285,30
3	1.000,00	5.616,58	6.616,58
4	1.170,00	8.743,24	9.913,24
5	1.300,00	3.589,26	4989,26
6	1.730,00	4.578,59	6.308,59
7	600,00	11.811	12.410,90
8	600,00	6,897,36	7.497,36
9	500,00	2.498,4	2.998,40
10	1.400,00	6.309,86	7.709,86
11	1.500,00	14.907,01	16.407,01
12	1.400,00	3.980,86	5.380,86
13	1.500,00	10.570,35	12.070,35

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Além da comercialização via PNAE, a renda dos agricultores familiar também é composta por outras atividades não agrícolas, fato este verificado por outros autores, como:

A agricultura familiar se afirmar como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro, que exerce outras atividades, agrícolas e não agrícolas, como forma de complementar a renda familiar, fator denominado de pluriatividade, expandida pela revalorização do mundo rural e das atividades associadas aos setores industriais e de serviços, através da inserção de trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar (MARAFON; RIBEIRO, 2007, p, 329).

Todas as propriedades dos agricultores familiares são atendidas com energia elétrica, o que favorece a diversificação de produtos. As infraestruturas: cerca, galinheiro, curral/cocheiro, chiqueiro, para a criação de bovinos, equinos, suínos, aves, coleta e armazenagem de leite estão associado a produção pecuária. Nas atividades associadas à agricultura têm-se: paiol, barracão/galpão, fornos, dispostos com o intuito de armazenar a produção agrícola, comportar os equipamentos rurais, beneficiar e posteriormente, comercializá-los (Tabela 6). Embora diversificada a infraestrutura constatou-se a necessidade de reorganizá-la em algumas propriedades com o intuito de otimizar a produção para alcançar ou ampliar os potenciais mercados consumidores.

Tabela 6. Distribuição da frequência absoluta e relativa sobre a infraestrutura das unidades produtivas.

Número de Instalações	FA	FR (%)
Casa de moradia	13	24,53
Curral	4	7,55
Chiqueiro	8	15,14
Galinhheiro	7	13,21
Paiol	7	13,21
Fornos	4	7,55
Barracão	1	1,90
Cerca	9	16,99
TOTAL	53*	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015). *Múltiplas opções de respostas.

O sistema de irrigação não é utilizado pelos agricultores, possivelmente por causa do custo. No cultivo de hortaliças é utilizado adubo orgânico, derivado de aves e bovinos.

O manejo do solo nas propriedades é feito de forma convencional, não é utilizada a calagem e realizada análise do solo, que são necessários para o aumento da produtividade.

Quanto a mecanização, os equipamentos no Figueirinha pertencem a associação e no Santo Rosa foram adquiridos em conjunto pelos agricultores familiares.

Nas atividades desenvolvidas predominou as atividades agrícolas relacionadas à pecuária. Entretanto, é evidente a predominância da diversidade de atividades no meio rural (Tabela 7), bem como, que os agricultores familiares atuam, visando possivelmente, à subsistência e maior rentabilidade. Observa-se ainda a representatividade da atividade leiteira, presente em 38,47% das propriedades rurais da pesquisa.

Tabela 7. Atividades desenvolvidas nas propriedades dos agricultores familiares entrevistados.

Atividades	FA	FR (%)
Hortaliças	4	30,79
Fruticultura	3	23,08
Pecuária Leiteira	5	38,47
Suinocultura	1	7,70
TOTAL	13	100

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Constituindo a atividade pecuária como fundamental para manutenção da renda familiar nos assentamentos pesquisados, Almeida (2006, p. 179) discorreu que:

[...] apesar de não proporcionar um retorno financeiro elevado a criação de gado leiteiro passou a representar a alternativa mais viável para gerar renda para as famílias assentadas, principalmente, porque sua produção é diária, implicando numa entrada mensal ou quinzenal de recursos que ajudam a custear os gastos domésticos e até mesmo subsidiar parte das demais explorações de produção.

A horticultura esteve presente em 30,79% dos agricultores familiares entrevistados, sendo esta atividade utilizada por ser de fácil aptidão agrícola, alimentação familiar, custo e demanda com destaque para a alface, a rúcula couve e aos condimentos (salsa, coentro e cebolinha). De acordo com os agricultores familiares, são as verduras que tem “saída”, venda e retorno rápido dos valores investidos.

O desenvolvimento econômico dos agricultores familiares é apoiado pelas ações realizadas pelas associações do assentamento que contribuem diretamente para melhoria de produção. Os agricultores familiares também relataram que a partir da participação nas associações obtiveram melhores resultados nas vendas de sua produção e maiores facilidades na aquisição de apoio financeiro de instituições financeiras e programas do governo.

Destaca-se na produção dos agricultores familiares o cultivo da mandioca, seguida pela produção de laranja, milho, mamão e maracujá. Observa-se ainda que as menores produções de cultura é de abobora, arroz, coco, feijão, melancia, melão, pimentão, poncã e quiabo (Figura 2).

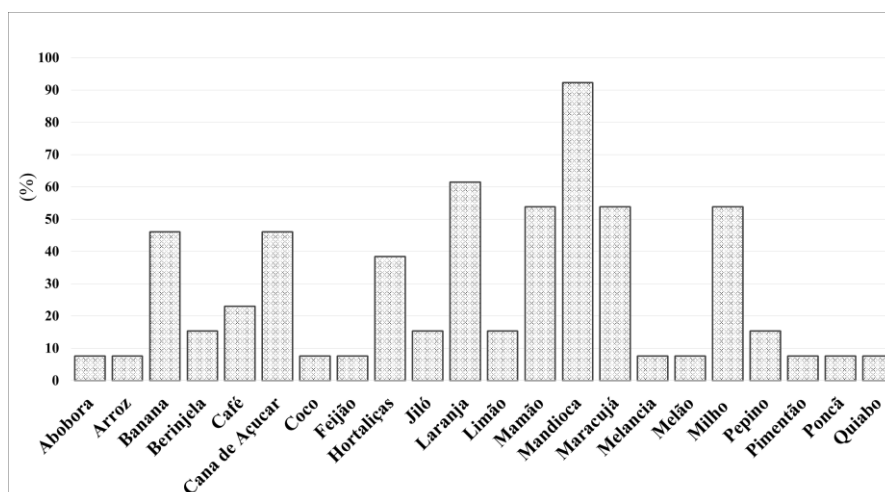


Figura 2. Produtos comercializados pelos produtores via PNAE. Elaboração: A autora (2015).

Resultados semelhantes foram encontrados em artigos de Seabra et al. (2012) e Silva et al. (2012), quando pesquisaram os assentamentos no município de Cáceres-MT constataram que as produções agrícolas nos assentamentos da região sudoeste são semelhantes em termos de exploração de cultura temporária, como a mandioca, o milho, o feijão, o arroz e as hortaliças, além da dependência da atividade pecuária, que é desenvolvida em todos os assentamentos de Cáceres.

A principal forma de abastecimento de água nas propriedades dos assentamentos investigados é proveniente de 61,54% de açude, 23,8% de poço ou nascentes; e 15,39% de rio, constatou também que não é feita análise para determinar a qualidade da água. Além disso, muitos agricultores familiares do assentamento Figueirinha e Santa Rosa relataram não fazer irrigação, sendo que as dificuldades no abastecimento de água no período seco, implicando em decréscimo na produtividade agrícola. Carvalho et al. (2009), constataram que os recursos naturais são essenciais para preservação e conservação do meio ambiente, pois são fundamentais para a manutenção da vida e da produção agrícola.

O número de escolas estaduais atendidas foram dez, municipais três escolas e centros educacionais municipais três (Tabela 08). Observou-se que dos treze agricultores familiares que comercializaram seus produtos via PNAE em 2014, dez estão comprometidos em entregar seus produtos somente para escolas municipais, fato este que pode ser explicado pela quantidade de alunos.

Tabela 8. Escolas participantes do PNAE e a quantidade dos agricultores familiares no município do São Jose dos Quatro Marcos, 2014.

Escolas Estaduais	Agricultores
E. E Maria Eduarda	3
E. E. 15 de Junho	3
E. E. Bento Alexandre dos Santos	2
E. E. Bertoldo Freire	3
E. E. Lourenço Peruchi	1
E. E. Marechal Rondon	4
E. E. Miguel Barbosa	3
E. E. Santa Rosa	1
E. E. Zé Ferino de Matos	4
Escolas e Centro Educacionais Municipais	
E. M. Evilásio Vasconcelos	
E. M. Reinaldo Botelho	
E. M. Boa Esperança	
C. E. Infantil Marcelino Penachioni	10*
C. E. Infantil São Francisco de Assis	
C. E. Infantil Santa Luzia	

Fonte: Pesquisa de campo (2015). * Não foi possível quantificar o agricultor por unidade atendida devido nas notas fiscais não especificar o nome da entidade em que foi realizada a entrega.

Com relação às chamadas públicas para participarem do processo de seleção e comercialização dos seus produtos via PNAE, 76,47% dos agricultores familiares responderam que ações como esta são de suma importância e que a política pública além de uma geração de renda faz também com que haja uma garantida de qualidade e as quantidades de alimentos comercializados, bem como a pontualidade de entrega e quantidade produtos serem fornecidos para as escolas.

De acordo com Oliveira e Ribeiro (2002) a participação dos agricultores familiares é de grande valia para o desenvolvimento local, pois há uma geração de renda além da ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas.

Para 84,61% dos agricultores familiares o PNAE serviu de estímulo para as atividades agrícolas na propriedade, fazendo com que haja diversificação dos produtos, que influenciam positivamente na geração de emprego e renda. Além de servir de estímulo para o aprimoramento das técnicas utilizadas, leva ao consumidor culturas diversificadas e de qualidade, melhorando a alimentação dos estudantes estaduais e municipais.

De acordo com a Lei nº 11.947/2009 o cardápio da alimentação escolar deve ser feito pela nutricionista responsável, utilizando alimentos básicos, respeitando as referências nutricionais, a cultura alimentar local, levando sempre em conta a diversificação agrícola da região, uma alimentação saudável e adequada, além da sustentabilidade (Tabela 9).

Tabela 9. Principais produtos fornecidos pelos agricultores para o PNAE, no município de São Jose dos Quatro Marcos, 2014.

FRUTAS	TUBERCÚLOS/LEGUMES	HORTALIÇAS
Maracujá	Mandioca	Alface
Limão	Abóbora Madura	Cheiro Verde
Mamão	Abobora Verde	Couve
Banana Nanica	Vagem	Almeirão
Banana Maça	Jiló	Pimenta Doce
Laranja	Berinjela	Couve Flor
Melão	Quiabo	
Tangerina	Pepino	
Melancia	Milho Verde	
Abacaxi	Tomate	

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Segundo Ribeiro (2013, p. 37) na Lei nº 8.913/1994, é definido que:

[...] alimentação escolar é um direito humano e incorpora as dimensões estratégicas para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional dos alunos, priorizando a cultura alimentar de cada local, e ao mesmo tempo incluindo a educação alimentar e nutricional nos projetos pedagógicos das escolas, proporcionando a promoção da saúde do escolar e fortalecimento da agricultura familiar.

Para implementar a alimentação escolar com produtos sustentáveis é necessário contar com o compromisso efetivo e a vontade política dos atores envolvidos no processo, tais como: a comunidade escolar, os produtores rurais, os pais e, principalmente, os gestores públicos na busca de uma cultura de sustentabilidade, devendo-se entender o programa mais como um serviço de saúde do que como um serviço comercial, de forma a consolidá-lo como um direito social.

Segundo Muniz e Carvalho (2007) a diversificação da alimentação escolar contribui para a diminuição dos índices de evasão escolar, para a formação de bons hábitos alimentares e para o aumento da capacidade de aprendizagem, portanto a escola é um espaço privilegiado para estimular a boa alimentação desde a infância.

Considerações Finais

A pesquisa evidenciou que dentre os dois assentamentos investigados o maior acesso a política foi por parte dos agricultores familiares do Santa Rosa.

As associações contribuem no desenvolvimento econômico dos agricultores familiares através de meios para aprimorar a produção, a comercialização dos produtos e a aquisição financiamentos junto às instituições financeiras e os programas governamentais.

A sociedade do município de São José de São José dos Quatro Marcos é beneficiada pela execução do PNAE, pois verificou-se que além da produção dos agricultores dos assentamentos investigados, outros agricultores familiares comercializam sua produção via essa política, propiciando diversificação da alimentação escolar.

Concluiu-se que o PNAE contribui para permanência dos agricultores familiares no Santa Rosa e Figueirinha na terra, refletindo na obtenção/ampliação da renda e melhorias das condições de vida.

Referências bibliográficas

ABREU, M. Alimentação Escolar na América Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. **Merenda Escolar**. v.15, n. 67, jul.-set. 1995. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/cibec/linha>. Acesso em: 05 dez. 2015.

ALMEIDA, R. A. **Recriação do Campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: UNESP, 2006. 377p.

ALVES G. S.; SOUTO J. S.; DAMASCENO M.M.; SOUSA J. S. Agricultura familiar e meio ambiente: práticas agrícolas e degradação ambiental no município de Várzea – PB. **Scientia Plena**, v. 6, n. 9, p. 01-13, 2010.

BAVARESCO, P. A.; MAURO, F. **Agricultura familiar brasileira no Programa Nacional de Alimentação Escolar: garantia de mercado aos agricultores e de segurança alimentar e nutricional aos alunos da rede pública de ensino**. Disponível em: http://www.rlc.fao.org/fileadmin/templates/fondobrasil/documentos/Foro_expertos/Articulos/Artigo_Pedro_Bavaresco.pdf. Acesso em: 20 nov. 2015.

BELIK, W.; CHAIM, N. A.; WEIS, B. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como instrumento de promoção do desenvolvimento local. **Palestra**, 2011. 12 p. Disponível: <http://www.sober.org.br/palestra/12/07O073.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados da agricultura familiar: Aquisições agricultura familiar 2014**. Disponível em: <http://www.fnede.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-consultas/dados-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 06 dez. 2015.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm>. Acesso em: 07 dez. 2015.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica. **Diário**

Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.913**, de 12 de julho de 1994. Dispõe sobre a descentralização da merenda escolar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1994. Seção 1, p. 10521.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013**. Disponível em: http://www.faespsenar.com.br/arquivos/pdf/gerais/faesp/eco/PoliticaAgricola/PlanodeSafra/Plano%20Safra%20Agricultura%20Familiar_2012_2013.pdf. Acesso em: 03 dez. 2015.

BRAVO, J. R. B.; ROSSI, F. **Como tornar seu sítio lucrativo**. Viçosa/MG: CPT, 2002. 188p.

CARVALHO, S. P.; FERREIRA, G. A.; MARIN, J. O. B.; VARGAS, F. et al. Reforma Agrária: a realidade de um assentamento rural. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 4, n. 8, p. 67-97, 2009.

CASTELÕES, L. Agricultura familiar predomina no Brasil. Políticas públicas: proteção e emancipação, São Paulo, 10 out. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp07.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 2, n. 3, p. 56-62, jul./set., 2001.

DIEZ, G.GARCIA, R. W. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, n.4, p. 483-492, 2003.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. - 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157 p.

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 3. ed. Viçosa/MG: UFV, 2007. 421 p.

GOMES, I. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, v. 5, n. 1, p. 1-17, jan./fev., 2004.

GUILHOTO, J.; ICHIHARA, S.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. In: Encontro Nacional de Economia, 35., 2007, Brasília-DF. **Anais...** Brasília-DF: NEAD, 2007. p. 1 – 18. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/carlos_azzoni/publication/4731981_a_importancia_da_agricultura_familiar_no_brasil_e_em_seus_estados/links/0fcfd5089e9a9ec637000000.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário (2009)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08 out. 2015.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez., 2008.

LEMES, D. P.; BRESCIANI, D. G. A agricultura familiar no município de Juína: “uma análise de caso dos produtores da Aproveju”. **RCA – Revista Científica da AJES**, v. 1, n. 01, p. 01 - 15, set./dez., 2010.

- MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análises comparativo, 1990-2010). **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrários**, v. 34, n. 1, p. 35-71, jan./jul., 2011.
- MARAFON, G.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em Geografia Agrária**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007. 329 p.
- MARCONI M. A.; LAKATOS E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007. p. 472 - 477.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília-DF: NEA., 2010. 97p.
- MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuição para o debate. **Raízes**, v. 26, n. 1 e 2, p. 128-139, jan./dez., 2007.
- MUNIZ, V. M; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista. Nutrição**, v. 20, n. 3, p. 285-296, mai./jun., 2007.
- NEVES, D. P. Agricultura familiar e mercado de trabalho. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 7, n. 24, p. 1-24, abr., 1997.
- NOVAES, D. V; COUTINHO, C. Q. S. Quartis: uma análise didática de alguns dos diferentes métodos para sua determinação. **Estudos e reflexões em educação estatística**. Campinas: M. Letras, 2010. p. 261-282,
- OLIVEIRA, D.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 1, p. 17-49, jan. /abr., 2011.
- OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas-Minas Gerais. In: Seminário sobre a economia mineira, 10., 2002, Belo Horizonte - MG. **Anais...** Belo Horizonte - MG: UFMG, 2002. p. 1 - 7 Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D23.PDF>>. Acesso em: 07 nov. 2015.
- PAULA, M. M.; KAMIMURA, Q. P.; SILVA, J. L. G. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43, 2014.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. São José dos Quatro Marcos (MT). Brasília, DF: PNUD; FJP; IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/sao-jose-dos-quatro-marcos_mt>. Acesso em: 20 nov. 2015.
- RIBEIRO, A. L. P.; CERATTI S.; BROCH, D. T. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 01, p. 36-49, 2013.
- ROMÃO, D. A.; CHABARIBERY, D.; CARVALHO, M.; ROTH, M. Fortalecimento de comunidades rurais no Brasil: um estudo regional. **Informações econômicas-SP**, v. 35, n. 2, p. 19-34, 2005.
- SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715-51, set./dez., 2007.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural de Mato Grosso do Sul-Brasil. **Redes**, v. 18, n. 3, p. 82-99, 2013.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. D.; SOUSA, A. A. D.; CERQUEIRA, G. F. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 27-36, 2013.

SCHNEIDER, S. et al. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: Simpósio Nacional sobre o Cerrado e Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais, 9; 2., 2008, Brasília-DF. **Anais...** Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989 – 1014. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio/projeto/palestras/capitulo_32.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SEABRA J. S.; NEVES, S. M. A. S.; NUNES, M. C. M.; INAGAKI, A. M.; SILVA, M. B.; RODRIGUES, C.; DIAMANTE, M.S. Cultivo de alface em Cáceres/MT: perspectivas e desafios. **Revista Conexão UEPG**, v. 8, n. 1, p. 130-137, jun., 2012.

SILIPRANDI, E.; BELIK, W. A agricultura familiar e o atendimento à demanda institucional das grandes cidades”. In: Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo, 1., 2012 São Paulo – SP. **Anais...** São Paulo - SP: Instituto Via Pública, 2002. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/arquivos_2012/Publica%C3%A7%C3%A3oNutreS%C3%83OPAULO.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2015.

SILVA T. P.; ALMEIDA R. A.; KUDLAVICZ, M. Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS**, v. 15, n. 8, p. 66-82, mai., 2012.

SILVA, L. M. S. A.; Agricultura familiar como "ideia sustentável" na relação sociedade e natureza. **Revista Agroecossistemas**, v. 2, n. 1, p. 89-97, 2013.

SPINELLI, M. A. SANTOS; CANESQUI, A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979-1995). **Rev. Nutr.**, v. 15, n. 1, p. 105-117, 2002.

STEIN, A. Q; CONTERATO, A. M. Agricultura familiar e agricultura não familiar em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul: considerações a partir do Censo Agropecuário 2006. **Ensaio FEE**, v. 34, Número Especial, p. 1035-1062, 2013.

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. **Interações**, v.10, n.1, p. 21-30, 2009.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

APÊNDICE A – Formulário sócio econômico e ambiental

Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
 Campus de Cáceres - Curso de Bacharelado em Agronomia
 Profa. Orientadora: Dra. Sandra Mara Alves da Silva Neves
 Acadêmica: Isabela Carina de Souza Santana

1. Chefe da Família? Sim Não
2. Local de origem dos formadores da família: Homem_____ Mulher_____
3. Ano que chegou no lote_____
4. Última procedência (Município)? _____
5. Chegou vindo de uma zona: Rural Urbana
6. Permanência na zona: _____anos
7. Antes de chegar ao lote trabalha como?
8. Raízes étnicas e descendência da família: _____
9. Religião familiar:_____
10. Profissão atual_____
11. Profissão anterior_____
12. Local da propriedade Área Urbana. Área rural. Área periurbana.
13. Estado civil Solteiro Casado Divorciado Juntado Viúvo.
14. Quantas pessoas moram na casa (incluindo você)?_____
15. Mão de obra é: Familiar Contratada
16. Se mão de obra externa, quantas?_____
17. Qual é a principal forma de abastecimento de água para atividade agrícola?

<input type="checkbox"/> Açude	<input type="checkbox"/> Carro-pipa	<input type="checkbox"/> Rio Cisterna
<input type="checkbox"/> Poço ou nascente	<input type="checkbox"/> Rede geral	<input type="checkbox"/> Outra. Qual?

18. Possui fontes alternativas de renda? Sim Não

19. Qual é a renda da família? _____

20. Especifique o número de instalações na propriedade e tipo das benfeitorias:

Tipo de Instalações	Nº de instalações
<input type="checkbox"/> Casa de moradia	
<input type="checkbox"/> Cercas	
<input type="checkbox"/> Curral ou cocheiro	
<input type="checkbox"/> Chiqueiro	
<input type="checkbox"/> Galinheiro	
<input type="checkbox"/> Paiol	
<input type="checkbox"/> Fornos	
<input type="checkbox"/> Barracão/ galpão	
<input type="checkbox"/> Tulha	
<input type="checkbox"/> Casa de farinha	
Outro	

21. Tem Rede elétrica?

22. Já realizou alguma forma de análise da qualidade de água utilizada para consumo?

23. Quais atividades agrícolas são desenvolvidas na propriedade?

- Arroz Café Cana-de-açúcar Feijão
 Milho Soja Abacaxi Banana
 Melancia Laranja Horta Mamão Mandioca

24. Quais atividades pecuárias são desenvolvidas na propriedade?

- Aves Bovino Suíno Bovino leiteiro, quanto? ____

25. Qual a fonte de adubo orgânico?

- Aves Bovino Suíno Caprinos

26. Utiliza irrigação?

- Não Sim.

27. Usa calagem? Não Sim. Se sim, qual frequência?

28. Como maneja o solo?

- Tração animal Mecanizada Ambos

29. Sistema de Produção é: Convencional De transição Agroecológica
30. Já participou de uma chamada pública para AF? Sim Não
31. Como ficou sabendo sobre a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar para o PNAE?
- | | | |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Cooperativa | <input type="checkbox"/> Associação | <input type="checkbox"/> Prefeitura |
| <input type="checkbox"/> Assessoria Pedagógica | <input type="checkbox"/> Vizinho | <input type="checkbox"/> Outro _____ |
32. Com as vendas para o PNAE você teve mais estímulos a produzir os alimentos?
- Sim Não
33. Seus lucros aumentaram ao fornecer seus produtos diretamente para a merenda escolar ao invés de entrega-lo a atravessadores?
- Sim Não
34. Quais as dificuldades encontradas para fornecer produtos para o PNAE?
- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Transporte | <input type="checkbox"/> Fatores produtivos |
| <input type="checkbox"/> Falta de documentação-DAP | <input type="checkbox"/> Dificuldade para emissão de nota fiscal |
| <input type="checkbox"/> Falta de Informação | <input type="checkbox"/> Valor baixo de aquisição |
35. Qual é o órgão responsável pela emissão de suas notas fiscais?
- | | | | |
|-------------------------------------|--|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Prefeitura | <input type="checkbox"/> SEFAZ | <input type="checkbox"/> INDEA | <input type="checkbox"/> Escritório de Contabilidade |
| <input type="checkbox"/> Empaer | <input type="checkbox"/> Não sabe informar | <input type="checkbox"/> Outros _____ | |
36. O senhor recebe assistência técnica ?
- | | | | |
|----------------------------------|---|---------------------------------|------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Semanal | <input type="checkbox"/> Quinzenal | <input type="checkbox"/> Mensal | <input type="checkbox"/> Bimestral |
| <input type="checkbox"/> Anual | <input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____ | | |
37. Como foi a qualidade da assistência técnica?
- Boa Média Ruim Péssima